

PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA ESCOLA: PROMOVENDO MUDANÇAS NO AMBIENTE ESCOLAR

COUTO, LÚCIA MACIEL

Graduada em Educação Física pelo UNIVAG, Especialista em Gestão escolar e Coordenação Pedagógica pela UGF; Especialista em Docência do Ensino Superior pela FAUC; Mestre em Ensino pela UNIC/UFMT. E-mail: luciadancemaciel@hotmail.com

MONTEIRO, EDENAR SOUZA

Doutora em Educação pela UFMT, Docente do Mestrado em Ensino na Universidade de Cuiabá. E-mail: edenar.m@gmail.com

RESUMO

O presente estudo propõe apresentar práticas construtivas e reflexivas sobre os conflitos existentes na escola, como ferramentas de atuação nas resoluções de conflitos em um espaço educacional, onde a visão sobre os conflitos vem se tornando um problema dentro da comunidade escolar. As práticas restaurativas são ferramentas que por meio de um processo voluntário, o indivíduo transforma os conflitos negativos em reconstrução de aprendizados construtivos e positivos. O estudo está pautado em revisões bibliográficas que tratam do assunto e pontuam como principais resultados a utilização das práticas restaurativas a exemplo da mediação de conflitos, os círculos de paz e a comunicação não violenta como processo de reconstrução e transformação para a comunidade educacional de maneira pacífica, humanizada e construtiva.

Palavras-chave: Conflitos; Violências; Convivência escolar; Práticas restaurativas, Ensino aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Há um número expressivo de conflitos no ambiente escolar, muitos advêm da falta do diálogo e empatia nos ambientes de convivência social. Tais conflitos promovem um espaço hostil, agressivo e pouco produtivo na comunidade escolar, causando violências psicológicas, sociais e físicas. O diálogo entre os profissionais da educação, estudantes e familiares geram um espaço harmonioso e propício para uma cultura de paz.

Quando ocorre o conflito, imediatamente tenta-se achar o culpado e, conseqüentemente, logo vem os julgamentos. O diálogo imediatamente desaparece, no entanto, se pararmos para ouvir atentamente as partes, na busca de compreender e atender as necessidades mútuas, utilizando-se as ferramentas corretas, de forma construtiva, provavelmente teremos uma resolução para o caso e as partes serão contempladas com a reflexão e o aprendizado sobre o ocorrido.

O conflito é inerente ao ser humano, por isso, entender de onde ele vem é, de fato, a melhor maneira de conseguir mediá-lo.

De acordo ROSENBERG (2019, p.166) “Se enxergarmos os outros como seres humanos, podemos os conectar com quem quer que seja.”, isso demonstra como a prática do diálogo e da escuta ativa, podem trazer melhorias no aprendizado e fortalecimento nos vínculos socioemocionais.

Identificar os sentimentos se torna importante em um conflito para saber se a necessidade foi atendida, os sentimentos são a razão pela qual os motivos se sustentam. Podemos usar um diálogo rotineiro entre duas pessoas para exemplificar, uma está falando e a outra está escutando, porém, mexendo no celular ao mesmo tempo, essa atitude faz com que a pessoa que está falando se sinta mal, por sentir que a outra não está prestando atenção no que ela está dizendo, em diversas situações isto pode causar um conflito, uma discussão e até chegar a uma violência física ou verbal.

Utilizando a CNV, a pessoa irá observar a situação sem julgar o motivo pelo qual aquela pessoa não está prestando atenção em sua fala, demonstrará seu sentimento de mágoa, ou chateação, ou incômodo pelo fato da falta de interesse, do uso do celular no momento do diálogo, demonstrar a necessidade que ela tem de ser ouvida com a devida atenção, sem a distração do celular, ou de deixar o outro tranquilo com a ideia de aquele não ser o momento para aquela conversa e fazer um pedido aberto sem cobrança,

que gostaria se fosse possível, de conversar olhos nos olhos, para sentir que está sendo ouvida ou que se não for o momento, conversar em outro tempo.

Ao fazer o uso da CNV, fortalecemos as relações, pois agimos com empatia e amorosidade, temos uma fala honesta e compassiva para com o outro, os diálogos e convivências passam a ser mais produtivos e construtivos. Se pensarmos em construir pontes ao invés de muros, possibilitamos mais diálogos positivos e as transformações dos conflitos em processos de igualdade e compassividade, conforme diz ROSENBERG, (2019).

Estudos e pesquisas apontam que existem maneiras educativas e construtivas para diminuir os conflitos escolares e promover mudanças, mas para que isso ocorra é necessário que a comunidade escolar esteja aberta a ampliar o olhar para além, repensando os pensamentos e ações perante si e o outro.

O uso das práticas restaurativas, como mediação, círculos, comunicação não violenta, entre outras, no ensino aprendizagem trará um crescimento educacional e conseqüentemente uma diminuição da violência na comunidade escolar. PRANIS, (2010, p. 25) diz que “Os círculos se valem de uma estrutura para criar possibilidades de liberdade”, onde o ser humano se propõe a revelar os medos, anseios, alegrias, conquistas, reconhecendo e se libertando “para agir segundo nossos valores mais fundamentais”.

A importância desse trabalho, se faz porque busca apresentar ferramentas para se construir uma cultura de paz dentro da comunidade escolar, por meio de círculos de diálogos e mediações dos conflitos. Esta pesquisa possui relevância, devido ao grande índice de violências nas unidades escolares, tais violências ocorrem com estudantes, profissionais da educação e familiares e acabam interferindo na convivência social, familiar e escolar.

A utilização das práticas restaurativas citadas anteriormente, são de grande importância, pois por meio delas o indivíduo pode construir e reconstruir novas maneiras de conduzir seus conflitos, pensamentos, palavras e ações. São resultados palpáveis que promovem a empatia e autoempatia, na busca da cocriação do ser humano aberto ao diálogo, à escuta ativa, atendendo às suas necessidades e aceitando o outro sem julgamentos ou preconceitos.

A produção deste estudo está calcada em estudos bibliográficos e experiências escolares, buscando-se entrosamento dialético com autores que compartilham da proposta de mudança por meio das práticas restaurativas que envolvem respeito, diálogo, escuta, honestidade, cuidado com o outro, conforme o ponto de vista de PRANIS (2010).

Buscou-se trazer dados estatísticos sobre as violências nas unidades escolares públicas do estado de Mato Grosso, fazendo um aporte para a necessidade de se obter novas ferramentas nas práticas educacionais promovendo uma diminuição dos conflitos, violências, assim, oportunizando o autoconhecimento e a empatia.

FREIRE (2001) já dizia, que educação não muda o mundo, mas a educação promove a mudança do ser humano que transforma o mundo. Neste contexto, vislumbra-se que as ferramentas das práticas restaurativas podem promover mudanças no indivíduo e conseqüentemente nas suas ações e modo de enxergar o mundo, porém, certas mudanças demandam uma percepção sobre nosso modo de ver, ser, pensar e fazer as coisas.

De acordo com a BNCC, (2018), a educação é a construção contínua do ser humano e a integração de todas as dimensões da nossa vida: saberes, aptidões, habilidades, competências, capacidades de discernimentos e de ações.

Educar é contribuir para o aperfeiçoamento intelectual, profissional e emocional do indivíduo, proporcionando uma formação humana integral, contribuindo nas aprendizagens essenciais e indispensáveis, a fim de consubstanciar, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, segundo as orientações educacionais:

Para formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. O mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo. (BNCC 2018, p.463)

Na vida social precisamos aprender a viver e a conviver orientados por normas e, como vimos, é um desafio da educação ensinar o “aprender a viver juntos”.

Segundo DELORS, (1998), em seus estudos apresenta a necessidade de uma aprendizagem ao longo da vida, as quais estão fundamentadas em quatro pilares para educação para século XXI, tais como: aprender a

conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Pensar educação de uma maneira integral, extrapolando os muros da sala de aula, na busca do enriquecimento dos conhecimentos pessoais, interpessoais e em comunidade.

Dialogando com DELORES, (1998), no mundo atual, o “aprender a conhecer” relaciona-se com as competências cognitivas, a dinâmica do ensino-aprendizagem está em despertar a curiosidade, promover o entusiasmo conhecendo por meio do erro, dos acertos, das reflexões e das responsabilidades pelas suas ações.

“Fazer”, vem do desenvolvimento das competências produtivas, aprender a desenvolver a comunicação, o diálogo, a cooperação, por meio da consideração com o outro e da percepção de suas necessidades, é o ponto de partida para este ensino-aprendizagem.

“Aprender a ser”, correlaciona-se com as competências pessoais, “a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade social, espiritualidade” conforme DELORS, (2003, p.97), o que está implícito no desenvolvimento do autoconhecimento, autoconceito, autonomia e autoestima do ser humano.

“Aprender a conviver”, é um importantíssimo aprendizado, visto que, está ligado às competências relacionais, relacionar-se com os outros, administrar os conflitos, significa também aprender a ter uma maior consciência e responsabilidade social, desenvolvendo empatia, apreciação pela diversidade, respeito pelos outros e espírito de solidariedade e cooperação. Pensando nos pilares da educação, vimos também a necessidade de discorrer sobre o trabalho que deve ser realizado nas escolas, bordando a descentralização, promovendo as habilidades dos estudantes para além dos muros.

Segundo o Conselho Nacional de Pesquisa Americano - National Research Council – NRC (2009), que propõe trabalhar as habilidades divididas em três conjuntos, sendo eles, cognitivas, intrapessoais, interpessoais (interdependência), como tarefa fundamental da escola, conforme estamos vivenciando os tempos de multi-informações e super acesso.

As habilidades cognitivas trabalham o pensamento crítico, análise e interpretação, resolução de problemas não rotineiros e tomada de decisões racionais e éticas, as habilidades intrapessoais atuam no autocontrole; reflexão sobre as próprias ações e flexibilidade comportamental, as habilidades interpessoais (interdependência) agem na interação social, sensibilidade,

tolerância à diversidade, no respeito, na capacidade de cooperar, de evitar conflitos ou de saber resolvê-los pacificamente.

A educação precisa preocupar-se mais com o socioemocional, cultivando com ética e valores; ressignificando em sua totalidade, alcançando todos os envolvidos na comunidade escolar.

A BNCC, (2018) nos orienta, enquanto profissionais da educação, que devemos pensar educação a partir das competências que os estudantes devem atingir durante sua trajetória de aprendizagem e desenvolvimento educacional, pensar nos conhecimentos adquiridos a partir dos campos de experiências vivenciados pelos estudantes, entre os cinco campos de experiência a serem contemplados, trago um olhar para o primeiro campo “Eu, o outro e o nós”, no qual desde as séries iniciais se trabalha com a interação com os pares e adultos, no intuito de construir com os pequenos seu modo de agir, pensar e sentir, a partir das novas perspectivas e pontos de vista.

Seguindo essa trajetória, a transição das etapas escolares e de crescimento do indivíduo deve-se ter muita atenção para garantir o equilíbrio entre as mudanças entre as fases da vida, os aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, de maneira a garantir integração e continuidade nos processos de aprendizagens, com um olhar às singularidades, às diferentes formas de aprender, pensando na progressão da consolidação, expectativas e ampliação das experiências adquiridas.

É importante pensar na autonomia dos estudantes no que tange às condições e ferramentas de interagir criticamente com diferentes conhecimentos, possibilitando que se tornem indivíduos protagonistas, transformadores de uma sociedade melhor, mais justa e mais humana, contribuindo para a construção de seus projetos de vida em relação ao seu futuro.

Adotar essa noção ampliada e plural de juventudes significa, portanto, entender as culturas juvenis em sua singularidade. Significa não apenas compreendê-las como diversas e dinâmicas, como também reconhecer os jovens como participantes ativos das sociedades nas quais estão inseridos, sociedades essas também tão dinâmicas e diversas. (BNCC, 2018, p.462).

As dimensões e subdivisões de aprendizados instituídas na Base Nacional Comum Curricular estão presentes no rol das dez competências gerais da educação básica que todas as escolas deverão contemplar em seus currículos, para articular sobre a construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades na formação de atitudes e valores dos estudantes,

foram definidas a partir dos direitos éticos, estéticos e políticos assegurados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores essenciais para a vida no século.

Entretanto, para que isso ocorra, é fundamental a promoção da educação socioemocional nas mais diferentes situações, dentro e fora da escola. Podemos exemplificar essa fundamentação por meio das competências 8 – Autoconhecimento e Autocuidado e 9 - Empatia e Cooperação, que dizem:

Conhecer-se, compreender-se na diversidade humana e apreciar-se, cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. (BNCC, 2018 p.10).

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2018 p. 10).

Esse desenvolvimento do indivíduo se dá a partir da relação construída com os outros e principalmente consigo mesmo, sua identidade, os valores éticos e morais, a convivência social e a responsabilidade de gerir seus sentimentos e necessidades, sem julgamentos ou discriminações.

ROSENBERG, (2019, p. 210), pontua que “À cada interação, conversa e pensamento, vemo-nos diante de uma escolha: promover a paz ou perpetuar a violência”. A Paz na escola nos remete ao respeito entre todos que convivem na comunidade escolar, refletindo relações dialogadas e transparentes, que levem o ensino aprendizagem a um resultado de reconhecimento do aluno como ser em formação, sujeito e protagonista da sua própria história.

A cultura de Paz é definida segundo a ONU, (1999), como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados no respeito pleno à vida e na promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, propiciando o fomento da paz entre as pessoas, os grupos e as nações.

Uma Cultura de Paz, dentro do espaço educacional, não significa ausência dos conflitos, mas sim promover as habilidades do diálogo, do respeito e compreensão mútua.

Partindo deste princípio, acreditamos que as escolas devam pensar em seus planejamentos educacionais, ensinamentos e aprendizagens, considerando os conflitos internos, meios de resoluções de conflitos e formas de se trabalhar

as competências já frisadas pela BNCC, (2018), que contribuam para a construção e reconstrução do ser humano como “ser humanizado” como dizia o mestre Paulo Freire.

O modo como lidamos com nossos conflitos pessoais e a percepção sobre como vemos ou julgamos o outro, as mudanças nos conduzem a um ambiente harmonioso e produtivo, seja ele introspectivo ou em comunidade.

Uma pesquisa cedida pela Secretaria do Estado de Educação de Mato Grosso, por meio do Núcleo de Mediação Escolar, realizada com 64,58% das unidades escolares do estado, no período de setembro a novembro de 2019, demonstra porcentagens altas e expressivas sobre diversas violências. Essas violências necessitam com urgência de um olhar especial e sistêmico, pois a grande maioria dos conflitos geram violências psicológicas, físicas, simbólicas, patrimoniais, entre outras, e, acontecem em sua grande maioria por desestrutura familiar, problemas socioeconômicos, falta de pertencimento do indivíduo no seu ambiente familiar, social ou cultural, entre outros. Os números apontam casos de violências autoprovocadas com: 15% de suicídio, 72% de bullying e 65% de autolesão ocorridos entre estudantes, profissionais da educação e familiares.

Acreditamos que todo conflito pode e deve ser confrontado, porém de forma construtiva e pacífica. “Os conflitos fazem partes da natureza humana, sejam eles simples ou graves, devem ser vistos como oportunidade de mudanças e crescimento”. (CNMP, 2014, p. 09).

Eles estão presentes no contexto escolar, que são lugares privilegiados para a disseminação de valores e construção do conhecimento, que busca a educação integral do indivíduo nas suas competências gerais, cognitivas, acadêmicas, intelectual e física social. Por isso devemos apresentar ferramentas, estratégias e habilidades para que possibilitem o gerenciamento pacífico dos conflitos.

Trago aqui uma vivência escolar, com uma turma de alunos de ensino fundamental, para alicerçar este ensaio. Na ocasião, uma menina havia sido segurada por um grupo de alunos da outra sala que queriam que ela executasse uma atividade a qual ela não gostaria de fazer. Seus colegas de sala viram a situação, alguns ajudaram, outros ficaram apenas observando, sem atitudes. Ao chegar na sala de aula, deparei-me com a turma inquieta e conflitante, foi quando pude perceber que algo havia ocorrido fora dali, porém estava repercutindo na sala de aula.

Foi solicitado que a aluna contasse o fato ocorrido e como havia se sentido, enquanto seus colegas apenas escutariam com atenção e respeito

seu relato, logo após, os colegas puderam pensar depois de ouvir e aí sim falaram o motivo que os levaram àquelas atitudes, e como se sentiam após ouvir os sentimentos da colega. Todos na sala puderam compartilhar da experiência de transformação do conflito em oportunidade de aprendizado. Os estudantes se sentiram melhores, pois houve o entendimento, acolhimento e resolução do conflito de forma pacífica e reflexiva.

Percebemos que o uso de ferramentas como o diálogo, a escuta ativa e a comunicação não violenta, foram instrumentos restaurativos para a construção de um novo olhar, pensar e agir sobre o conflito ocorrido.

Conforme o CNMP (2014), as práticas restaurativas gerenciam os conflitos, por meio de um facilitador, que se mantém na neutralidade e sem julgamentos, agindo com imparcialidade, auxiliando as partes com o diálogo visando a transformação nas relações. Algo novo, muda o indivíduo, no modo de ver o mundo, no jeito de conduzir as coisas, falar com o outro e na reflexão sob as ações.

O CNMP, (2014, p.62), nos apresenta algumas ações importantes para a construção desse espaço mais seguro e pacífico:

1. um aprimorar, fortalecer e priorizar a boa conexão entre escola família comunidade, principalmente com o fortalecimento dos conselhos escolares e com uma maior participação dos pais no espaço escolar;
2. realizar atividades contínuas que possam melhorar o vínculo interno nas unidades escolares e tornar pacíficos os ambientes escolares, sobretudo com fortalecimento dos grêmios estudantis, dos conselhos escolares e de classe
3. construir coletivamente as regras da convivência escolar, através de círculo de diálogos ou assembleias;
4. democratizar a escola e tornar democráticos os espaços do sistema escolar;
5. fortalecer a cidadania e a participação nas atividades escolares, construindo canais que permitam o protagonista de todos;
6. aprimorar o vínculo interno nas relações humanas, priorizando o diálogo e a cooperação entre todas as pessoas da comunidade escolar;
7. aperfeiçoar competências e habilidades que permitam uma boa comunicação e um bom diálogo entre todos;
8. construir soluções alternativas e pacíficas aos conflitos, para que não terminem em violência;

9. construção de conteúdos e atividades pedagógicas que sejam contexto alisados e façam sentido para os alunos;
10. criar redes informais de apoio à criança e adolescentes em situação de vulnerabilidade e manter uma boa articulação com a rede Inter setorial de atendimento da escola, a escola também é parte.

Os profissionais da educação e familiares devem mostrar que estão presentes, para apoiar o outro, seja esse outro familiar, colega de trabalho ou estudante, deve agir com calma e paciência, demonstrando empatia e compreensão para com o outro e consigo mesmo.

A comunicação não violenta, ou CNV como também é chamada, inicialmente desenvolvida por Marshal, em 1984, que teve um grau de parentesco e vivência com Mohanda Ghandi, que muito contribuiu par suas reflexões a respeito do ser humano e suas trocas de informações para resolver os conflitos, a relação da compassividade com a maneira violenta de resposta e como as pessoas permanecem nesta natureza compassiva mesmo em circunstancias penosas.

Demonstra a Comunicação não violenta como uma das ferramentas das práticas restaurativas e traz como princípios a coragem, o amor e a verdade, abordando os elementos de forma processual sobre a observação, os sentimentos, as necessidades e o pedido, os quatro pilares OSNP: a observação, que deve ser isenta de qualquer tipo de julgamento e ser o mais precisa possível, devemos nos ater aos fatos reais para não deixar dúvidas sobre as falas; o sentimento, o qual precisamos falar e expressar como nos sentimos sobre determinado acontecimento, o que pode ser muito complexo, visto que não fomos educados a demonstrar nossos sentimentos aos outros; a necessidade, expressar o que não foi atendido no conflito, é necessário ter a consciência de que o que os outros fazem ou dizem, nem sempre é a verdadeira causa das nossas angústias, raivas ou sofrimentos, pode ser o estímulo mas, não a real verdade do sentimento escondido e por fim o pedido, que após identificarmos a real necessidade presente ali, formulamos e realizamos o pedido, que jamais pode ser confundido com uma exigência ao outro pois ele não tem a obrigação de atender o pedido é algo que faz sua vida melhor ou que tem a enriquecer o relacionamento entre as pessoas envolvidas em um conflito.

ROSENBERG, (2019), pontua que ela nos ensina a olhar com cuidado, a ponto de conseguirmos identificar os comportamentos do outro, para

assim formularmos o que desejamos do outro ou de nós mesmos e isso é transformador.

Este estudo demonstrou que existem muitos conflitos na comunidade escolar, eles advêm de situações mal esclarecidas, necessidades e sentimentos não atendidos e promovem um ambiente violento, conflitante e desacreditado. Podemos afirmar que, se não entendemos o nosso próprio sentimento, não conseguimos atender nossas necessidades ou a deixamos de lado, como poderemos ouvir, acolher e ajudar o outro? Ademais, como criar um ambiente confiante, produtivo e disseminador de uma cultura de paz?

Inspirado no trabalho de PRANIS (2010), bem como nos estudos de FERNANDES, (2020), a metodologia dos círculos advêm de muitos séculos atrás, nossos ancestrais já o faziam na busca do calor do fogo, inspiradas nos indígenas norte-americanos, as famílias o utilizam em seus encontros à mesa, ressaltando a valorização, o respeito, a conexão, o apoio e vínculos mútuos.

Historicamente nos Estados Unidos em Minnessota, os círculos de construção de paz foram introduzidos como filosofia da Justiça Restaurativa, atuando na compreensão dos danos, promoção do bem-estar e segurança de todos, os círculos se difundiram e expandiram, numa ampla gama cultural de comunidades, chegando nas escolas, igrejas, associações de bairros e famílias de forma espontânea e restaurativa.

As práticas restaurativas trazem por meio da mediação de conflitos, círculos de diálogos, Comunicação não violenta e outras ferramentas, oportunidades de promoção a mudanças, no indivíduo e meio social em que vive.

De acordo com o 1º art. da Declaração da ONU sobre uma Cultura de Paz, 1999, “Uma cultura de paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados: a) no respeito a vida, no fim da violência e na promoção e prática da não violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação (...).”

Este estudo demonstra que os conflitos fazem parte do ser humano e são processos naturais, inevitáveis e necessários, podem ser conduzidos positivamente, promovendo mudanças ou não, o que geraria mais violências.

Constatou-se que um ambiente social seguro, pacífico e respeitoso, promove aprendizagens, empatia e o autoconhecimento, diminuindo também os índices de violências.

Inferiu-se que o uso das práticas restaurativas, por meio da mediação de conflitos, círculos de paz, diálogos, comunicação não violenta, entre

outras na comunidade escolar, se faz necessário, pois promoverá mudanças no indivíduo e meio social, acreditando que compreendendo os motivos que geram os conflitos, eles serão entendimentos e resolvidos, promovendo uma cultura de paz, com seres humanos altruístas, protagonistas e conscientes a promover a mudança na sociedade.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, utilizando como método dialético (MARCONI; LAKATOS, 2005), que busca aporte teórico em autores como: Abramoway (2002), HEREDIA (1999), ROSENBERG (2019), BNCC (2018), CHARLOT (2002), FANTE (2005), PRANIS (2010), dentre outros estudiosos têm disseminado importantes contribuições em pesquisas na área da mediação de conflitos e violências escolares, buscando inovações no meio da aprendizagem inovadoras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A BNCC, (2018) nos orienta, enquanto profissionais da educação, que devemos pensar educação a partir das competências que os estudantes devem atingir durante sua trajetória de aprendizagem e desenvolvimento educacional, pensar nos conhecimentos adquiridos a partir dos campos de experiências vivenciados pelos estudantes, entre os cinco campos de experiência a serem contemplados, trago um olhar para o primeiro campo “Eu, o outro e o nós”, no qual desde as séries iniciais se trabalha com a interação com os pares e adultos, no intuito de construir com os pequenos seu modo de agir, pensar e sentir, a partir das novas perspectivas e pontos de vista.

Seguindo essa trajetória, a transição das etapas escolares e de crescimento do indivíduo deve-se ter muita atenção para garantir o equilíbrio entre as mudanças entre as fases da vida, os aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, de maneira a garantir integração e continuidade nos processos de aprendizagens, com um olhar às singularidades, às diferentes formas de aprender, pensando na progressão da consolidação, expectativas e ampliação das experiências adquiridas.

É importante pensar na autonomia dos estudantes no que tange às condições e ferramentas de interagir criticamente com diferentes conhecimentos, possibilitando que se tornem indivíduos protagonistas, transformadores de

uma sociedade melhor, mais justa e mais humana, contribuindo para a construção de seus projetos de vida em relação ao seu futuro.

As reflexões de FANTE (2005), nos dizem que para obter êxito na diminuição da violência e conflitos nas escolas é indispensável que se desenvolvam alguns projetos como implementação de trabalhos de conscientização com os estudantes, estimulando a educação dos sentimentos e a valorização das relações interpessoais.

Ainda dialogando com FANTE (2005) em escolas brasileiras, demonstraram que os estudantes acreditam que reproduzem na escola a violência vivida em casa, os professores corroboram essa opinião, afirmando que o contexto familiar e também o contexto social influenciam no comportamento dos alunos.

Contudo, os estudos de DIAS (2012), evidenciam que não existem soluções simples para resolver a questão da violência entre os pares no contexto escolar, visto que nenhuma medida isoladamente seria eficaz, argumenta ainda, que a ausência de supervisão dos adultos no cotidiano de crianças e adolescentes, são fatores que contribuem para o comportamento agressivo ou submisso das crianças, além disso a não participação da vida escolar e afetiva das crianças os tornam emocionalmente distantes e desinteressados e não percebem quando as crianças são vítimas ou agressores no contexto escolar.

O desenvolvimento do indivíduo se dá a partir da relação construída com os outros e principalmente consigo mesmo, sua identidade, os valores éticos e morais, a convivência social e a responsabilidade de gerir seus sentimentos e necessidades, sem julgamentos ou discriminações.

ROSENBERG, (2019, p. 210), pontua que “A cada interação, conversa e pensamento, vemo-nos diante de uma escolha: promover a paz ou perpetuar a violência”. A Paz na escola nos remete ao respeito entre todos que convivem na comunidade escolar, refletindo relações dialogadas e transparentes, que levem o ensino aprendizagem a um resultado de reconhecimento do aluno como ser em formação, sujeito e protagonista da sua própria história.

Nesse contexto, evidencia-se que esses estudos são importantes e significativos para que revejam as ações no sentido de prevenir e combater a violência, busquem a proximidade entre estudantes e profissionais da educação, promovendo a resolução de conflitos pacífica e construtiva, proporcionando a conscientização sobre o tema por meio de formações e práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar a paz nas escolas nos remete à busca do ser humano em entender que os conflitos são inevitáveis, porém podemos lidar com eles sem violência, de maneira solidária e compassiva, aprendendo do diálogo, da transparência pessoal, pode-se melhorar a convivência e minimizar as violências no ambiente educacional.

LEITE, (2017), nos demonstra princípios que aluno e professor podem alcançar uma aprendizagem significativa crítica, conhecendo a linguagem como uma forma substancial e fixadora, aprendendo através da superação, assimilando e reconstruindo os saberes prévios e novos, utilizando ferramentas diversas e inovadoras, buscando um ensino moderno, relevante e atraente. A escola é o espaço onde o estudante busca seu pertencimento, seu lugar na sociedade e em seu papel na vida, é o reflexo da transformação do reconhecimento do estudante como um ser em formação, chamando ao desafio de estimular um juízo crítico, um sujeito protagonista da sua própria história e seguro de sua identidade.

Neste contexto, vislumbra-se que as ferramentas das práticas restaurativas que podem promover mudanças no indivíduo e conseqüentemente nas suas ações e modo de enxergar o mundo, porém, certas mudanças demandam uma percepção sobre nosso modo de ver, ser, pensar e fazer as coisas. O modo como lidamos com nossos conflitos pessoais e a percepção sobre como vemos ou julgamos o outro, as mudanças nos conduzem a um ambiente harmonioso e produtivo, seja ele introspectivo ou em comunidade.

As Práticas Restaurativas inspiram modos diferentes de ser e estar no mundo reafirmando o compromisso de respeitar a vida, rejeitar a violência, ser generoso, ouvir para compreender, preservar o planeta e redescobrir a solidariedade no sentido da cultura da paz em todos os espaços, irradiando atividades de tolerância, solidariedade e diálogo. (DELORES, 2003, p.45).

Dessa maneira, as práticas restaurativas, como mediação de conflitos, círculos restaurativos e comunicação não violenta, buscam minimizar os índices de violências ocorridos nas unidades escolares e propiciar um aprendizado sobre como perceber o conflito individual, como a melhor forma de se conseguir mediá-lo, falaremos a seguir, um pouco sobre os círculos restaurativos, que são uma ferramenta/ método que auxiliam na mediação e transformação dos conflitos e espaços comunitários, buscando uma cultura de paz e construção do ser enquanto pessoa, humano e capaz de lidar com seus próprios medos e anseios.

REFERÊNCIAS

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Educação é a Base*. Brasília, MEC/ CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017.

CHARLOT, Bernard; ÈMIN, Jellab, Aziz (Coord.). *Violences à l'école: état des savoirs*. Paris: Mason 7 Armand Colin, 1997.

CHARLOT, Bernard; ÈMIN, Jellab, Aziz (Coord.). *A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão*. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, p. 432-442, 2002.

COUTO, Lúcia Maciel. *Resolução de conflitos: reconstrução do ensino aprendizagem na comunidade escolar*. / Lúcia Maciel Couto – Cuiabá, MT 2021 101 p.: il.

CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. *Diálogos e Mediações de Conflitos nas Escolas: Guia Prático para Educadores*. Brasília, DF. 2014.

CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. *Manual prático do Curso de introdução à justiça restaurativa para professores mediadores escolares e comunitários*. São Paulo. 2015.

CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. *Curso de Introdução à Justiça Restaurativa para Educadores*. Governo do Estado de São Paulo/ Secretaria de Educação/ Ministério Público do Estado de São Paulo, 2018.

DIAS, Daniela de Oliveira kimus (2012). *Bullying – violência entre pares no contexto escolar*. Citada no livro *Psicologia na Prática Jurídica A Criança em foco* São Paulo, SP: Editora Saraiva 2012.

DELORS, Jacques. *Educação: Os quatro pilares da educação - um tesouro a descobrir*, relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. FANTE, C. A. Z. (2005). *Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas, SP: Versus Editora. 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GRECCO, Aimée e outros, *Justiça Restaurativa em Ação: práticas e reflexões*/Aimée Grecco, Cecília Pereira de Almeida Assumpção, Célia Bernardes, Célia Cleaver, Cristina Assumpção Meirelles, Dora Petrusky, Heloise Helena Pedroso, Joyce Rososchansky Markovits, Maria Mello Faria, Maria dos Reis Marioni, Monica Burg, Sueli Mazzer Renberg, Suzana Guedes, Vânia Cury Yazbek, Violeta Daou. Apresentação de Eduardo Resende Melo, Egberto de Almeida Penido, Luís Roberto Wakim e Lélío Ferraz de Siqueira Neto. Prefácio de Elaine Caravelas. São Paulo: Dash, 2014.

LEITE, Gisele. Um breve histórico sobre a mediação. JusBrasil, 2017. Disponível em: <https://professoragiseleite.jusbrasil.com.br/artigos/437359512/um-brevehistorico-sobre-a-mediacao>. Acessado em 16 de maio de 2021.

ONU – *Organização das Nações Unidas. Declaração sobre uma Cultura de Paz*. 107ª sessão plenária 13 de setembro de 1999.

PRANIS, Kay. *Processos Circulares de construção de paz*. Tradução de Tônia Van Acker, São Paulo: Palas Athena, 2010.

ROSENBERG, Marshal B., *Comunicação não violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. Tradução Mário Vilela. São Paulo, Ágora, 2006.

ROSENBERG, Marshal B. *A linguagem da paz em um mundo de conflitos: sua próxima fala mudará seu mundo*/ Marshal B. Rosenberg, prefácios Dorothy J. Maver e David Hart; tradução Grace Patricia Close Deckers. – São Paulo: Palas Athena, 2019.

ROSENBERG, Marshal B. *Vivendo a Comunicação não violenta: Como estabelecer conexões sinceras e resolver conflitos de forma pacífica e eficaz*. Editora Sextante. 2019.

UNESCO. Paris, 2003. Disponível em: Acessado em 22 de março de 2020.